

## “JUNTOS SOMOS FORTES”: AS ORGANIZAÇÕES RURAIS E LUTAS SOCIAIS NO SERTÃO CARIOCA (1927-1965)

“TOGETHER, WE ARE STRONG”: RURAL ORGANIZATIONS AND SOCIAL STRUGGLES IN THE SERTÃO CARIOCA (1927-1965)

Leonardo Soares Santos \*  
leossga@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo trata da intervenção das organizações políticas camponesas na produção agrária e conflitos rurais no cinturão verde do Rio de Janeiro. Durante a Era Populista (1945-64) na zona rural desta cidade, uma urbanização intensiva das áreas agrícolas mudou as relações de produção e as formas de ocupação da terra. Os territórios entre a frente urbana e os locais suburbanos foram rapidamente e intensamente ocupados por residências e indústrias.

Não-intencionalmente ou intencionalmente, isso destruiu muitas das antigas plantações e práticas tradicionais. Os pequenos lavradores começaram a resistir contra aquela expropriação e exploração. Para tanto, eles criaram várias organizações camponesas na zona rural: Sindicatos rurais, Ligas Camponesas, Cooperativas, Associações de Pequenos Lavradores, Intendências Agrícolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Organizações camponesas, Sertão Carioca, Movimentos Sociais.

**ABSTRACT:** This article deals with peasant unions intervention in agrarian production and rural conflicts in Rio de Janeiro's greenbelt (Sertão Carioca). During the Populist era (1945-64) in rural zone of this city, intensive urbanization in agriculture areas changed relations of production and land occupation. The territories between the urban front and the suburban places were quickly and intensively occupied both by housing and industries. Unintentionally and intentionally, it destroyed many of the old plantations and traditional practices. The little planters begin to resist against that expropriation and exploitation. Therefore, they created various peasant unions in rural zone: Sindicatos rurais, Ligas Camponesas, Cooperativas, Associações de Pequenos Lavradores, Intendências Agrícolas..

**KEYWORDS:** Peasant unions, Sertão Carioca, Social Movements.

Durante muito tempo a organização dos trabalhadores em associações políticas tinha que enfrentar vários obstáculos de ordem política e jurídica. A chegada da República não implicou em significativas mudanças em seu favor. O que havia era uma série de Irmandades, confrarias, Caixas Beneficentes. Eram organizações onde grassava a perspectiva mutualista. Segundo Hans Füchtner, os socialistas só ergueriam uma organização trabalhista e de cunho político em 1889, na cidade de Santos. Muitos de seus militantes, junto aos cariocas, organizariam em 1892 o I Congresso do Partido Socialista. O segundo seria apenas em 1902.

Mas nota o autor:

O (...) manifesto, publicado por ocasião do Congresso, contém uma teoria de luta de classes de inspiração marxista (que não se adapta porém às relações brasileiras). Os trabalhadores do campo, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, não são mencionados, mas em compensação refere-se o

---

\* Graduado (2003) em História pela Universidade Federal Fluminense, onde realizou também meu mestrado (2005) e doutorado (2009) em História Social. Professor Adjunto II do Departamento de Fundamentos da Sociedade da Universidade Federal Fluminense/Polo de Campos.

manifesto aos 'trusts' e à burguesia, fenômenos que naquela época no Brasil tinham relativamente pouca significação. (FÜCHTNER, 1980, p. 29.)

Uma década depois, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores, os delegados fundariam a Confederação Brasileira do Trabalho, que teriam como objetivos a “organização do operariado em nível nacional”, a “realização das oito horas diárias de trabalho”, a “obrigatoriedade do ensino primário”, a “construção de casas para residência de operários” [...]

A questão agrária só era levemente abordada no item “imposto territorial sobre as grandes propriedades de terra”. Mas há que se dizer: ponto ambíguo, já que as grandes propriedades também faziam parte dos grandes centros urbanos.

A progressiva perda de hegemonia do movimento operário dos anarquistas para socialistas e comunistas não alteraria muito o quadro. Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) começaria a consolidar esse novo papel de liderança a partir dos congressos sindicais de 1927 e 1929. Neste, os comunistas conseguiriam fundar a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Nesse ínterim, os comunistas fundam uma frente de eleitores com o nome de “Bloco Operário” em 1927. Logo depois, devido ao entendimento da cúpula do PCB que a revolução deveria contar com o apoio e mobilização dos trabalhadores do campo, a frente teve o seu nome modificado para “Bloco Operário e Camponês”. O Partido conseguiu eleger dois intendentess para a Câmara Municipal do Distrito Federal: Otávio Brandão e Minervino de Oliveira.

Mas a incorporação do “elemento camponez” ainda se restringia ao nome incluído na sigla. Embora, algo de mais efetivo já fosse implementado em algumas localidades. O PCB reconhecia num editorial publicado em novembro de 1928 em *La Correspondencia Sudamericana* que a atuação junto aos camponeses era “o ponto mais débil do Partido. Tinhamos no C.C. [Comitê Central] um membro especialmente encarregado deste assunto, o Dr. Coutinho [...] Na verdade, nada se fez, a exceção da organização dos lavradores do Distrito Federal.” (*La Correspondencia Sudamericana*, 30/09/1929, p. 14.)

Nesse mesmo texto encontramos referências a Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Mas era tudo muito difícil para uma agremiação sem grandes recursos e num país de dimensões continentais. E o que era mais grave: um país dessas dimensões e pessimamente

integrado, com uma malha de transportes estagnada desde as primeiras décadas da era Republicana.

Fortes razões para que o pouco que o Partido conseguiu realizar tenha sido na zona rural do Rio de Janeiro, então capital da República; cidade altamente urbanizada e um dos maiores centros industriais do país.

E ele se tornaria mais visível em meados de 1927. Em abril desse ano o jornal *A Nação*, já sob grande influência do PCB – noticiava a tentativa da “vanguarda dos pequenos lavradores” de Campo Grande em constituir uma “Sociedade Beneficente e Agrícola dos Lavradores Unidos”. Sua primeira iniciativa seria enviar um memorial ao prefeito da cidade, com “reivindicações urgentes dos lavradores locais”: “construção de um novo mercado, concerto dos caminhos intransitáveis, combate às formigas; trânsito e venda livre dos produtos da lavoura e várias outras providências que venham desafogar um pouco a situação dos lavradores” (*A Nação*, 1927 [provavelmente mês de abril], p. 3.). Algumas iniciativas em termos organizatórios tomavam corpo nesse momento em que alguns grupos de esquerda, além do PCB, começaram a se insinuar na zona rural da cidade.

Um pouco antes, em meados da década de 20, alguns lavradores buscaram constituir caixas beneficentes. Magalhães Correa, naturalista que se dedicou a desbravar a região do Sertão Carioca (a zona rural do município do Rio de Janeiro) menciona a existência de uma certa Caixa Auxiliadora Beneficente dos Lavradores de Jacarepaguá e Guaratiba (CORREIA, 1936. p. 186). Como contava o naturalista Magalhães Correia, tal associação teria sido criada por Maurício de Lacerda, vereador carioca, e notória liderança anarquista da cidade. A Caixa tinha como principal finalidade contribuir com os lavradores na sua disputa contra o Banco de Crédito Móvel, a pretensa proprietária das terras que ocupavam naquela área da zona rural. Os lavradores estavam sendo ameaçados de despejo. Aqui se revelava uma questão que atuaria grandemente como incentivadora da reunião dos pequenos lavradores da região pelas décadas seguintes: a questão fundiária seria mais premente do que as questões estritamente econômicas.

Consultando os exemplares do jornal *A Nação*, pode-se atestar ainda a existência de associações como o Centro Protetor dos Lavradores de Madureira, a Sociedade Beneficente e Agrícola dos Lavradores Unidos (Campo Grande), a Sociedade União dos Agricultores, a Sociedade dos Lavradores Unidos de Madureira, a Associação dos Quitandeiros, a Caixa

Auxiliadora de Vargem Grande e Guaratiba (*A Nação*, 18/04/1927, p. 3). Estas, por sinal, organizariam um evento em abril de 1927 para discutir a necessidade de maior organização dos lavradores do município.

Um pouco distante dali, o jornal do PCB *Classe Operária* noticiava a existência de uma suposta “Liga Camponesa” em Niterói, organizada pelos próprios lavradores locais, os quais teriam se mobilizado para discutir medidas que facilitassem a comercialização dos produtos de suas lavouras. Mas a consulta de números posteriores do mesmo jornal não revela qualquer informação ou indício de que tal Liga tenha sido levada adiante ou realmente implementada.

Situação um pouco distinta parece ter sido as organizações apoiadas pelo PCB a partir de 1927. A formalização do Bloco Operário em janeiro deste ano pelo Partido parece ter impulsionado a legenda para o empreendimento de criação de “sindicatos locais”. Pudera, os comunistas passavam a dar grande relevância ao trabalho eleitoral, e como destacado mais acima, ele passou a atuar no sentido do alargamento de sua base social, tanto urbana quanto rural, fundamental para seu objetivo de eleger representantes legislativos (KAREPOVS, s/d).

Nesse sentido, a atuação do PCB via *A Nação* não se resumiria a cobrir ou noticiar os eventos “sindicais” da zona rural; muito pelo contrário – o Partido buscava intervir ativamente no desenrolar do processo.

A todo momento os comunistas frisavam as “vantagens e regalias” que os lavradores poderiam obter com a criação dos seus “sindicatos locais” (os comunistas adotaram a Lei dos Sindicatos Rurais de 1907, a de nº 1.637 como documento principal). Na verdade, o jornal não sugeria aos lavradores se organizarem: instava-os.

Haveria outro meio de defesa dos interesses dos lavradores, que a ação de sua ‘Sociedade’? Certamente não. Os lavradores do Campo Grande vencerão agora porque eles cerram fileiras em torno de sua associação de classe, que os defende intrepidamente, diretamente, sem o auxílio de profissionais intermediários, sempre perigosos e inúteis. (*A Nação*, 12/04/1927, p.3.)

A referência a Maurício de Lacerda ao final da reportagem demonstra o quanto o Partido levava à sério a tarefa de arregimentar o maior número possível de lavradores da zona rural do Distrito Federal. E exatamente por isso, o PCB não se limita a chamar a atenção para a criação das organizações pelos lavradores: o partido atribui a si o papel de dizer como essa organização deve funcionar, o que defender, o que propor e até como crescer e se ampliar.

Para a associação – eis a palavra de ordem que a vanguarda dos pequenos lavradores do Distrito lança a todos os companheiros. Para as associações já existentes e para a organização de novas associações, onde fôr mister. Mais tarde virá a segunda etapa de nosso trabalho: transformação dos centros locais em sindicatos de lavradores e Constituição da Federação Regional dos Pequenos Lavradores.

\* \* \*

A lei 979 de 06/01/1903 já consagrava alguns princípios da sindicalização almejada pelas elites políticas e que atravessariam muitas décadas seguintes com notável vigor: um deles é o que imagina o sindicato rural não como um órgão de representação política e profissional, mas mais como uma cooperativa, destinada a prover os associados de melhores ferramentas para a circulação dos produtos e obtenção de financiamento. A outra era a de que o sindicato rural deveria ser o espaço por excelência da colaboração e solidariedade entre "trabalhadores" e "patrões". Como bem sintetiza Leonilde Sérvolo Medeiros, "o que se almejava era um sindicato de produtores que agregasse todos os interesses rurais e um sistema de representação". A falta de uma legislação sindical, que reconhecesse o direito à organização política dos trabalhadores rurais, não era o único obstáculo. O ambiente anti-comunista no país, principalmente nos grandes centros urbanos, era próximo do opressivo. E isso desde a década de 1920. Os militantes do PCB eram descritos como "subversivos", "fanáticos", "agentes perturbadores", "lacaio de Moscou" e outros termos pouco generosos.

Aliar-se aos comunistas não era uma decisão das mais tranquilas para trabalhadores daqueles tempos, ainda mais sem uma prévia vivência e experiência partidária, decidir-se por se associar a uma entidade coordenada por comunistas.

Embora o contexto não fosse muito favorável, alguns grupos de lavradores partiram para a organização de algumas entidades. Muitas delas buscavam viabilizar coletivamente melhores formas de comercialização dos produtos agrícolas. Eis o grande objetivo das Cooperativas. Elas se avolumaram a partir da década de 1930.<sup>1</sup> Talvez a principal delas tenha sido a Cooperativa de Agricultores e Criadores de Campo Grande. Outra cooperativa criada nessa época, também com sede em Campo Grande, foi a Cooperativa dos Produtores

---

<sup>1</sup> A ideologia do cooperativismo era realmente muito forte nas décadas de 20 e 30 no Brasil – ao menos como ideologia. FÜCHTNER lembra este aspecto pouco realçado do movimento liderado por Getúlio Vargas em 1930: "A fim de melhorar o estado de miséria dos camponeses, o programa da Aliança Liberal previa associá-los numa espécie de cooperativa de camponeses, investi-los na propriedade da terra, fornecer-lhe os instrumentos de trabalho, meios de transporte etc. que lhes possibilitassem a sobrevivência e, além disso, a comercialização dos seus produtos. Depois de 1930 não se tocou mais no assunto." (FÜCHTNER, 1980, nota 58, p. 105)

Citricultores do Distrito Federal. Inaugurada em janeiro de 1936, ele reunia os cultivadores de laranja da região – e era por sinal uma das principais produções de áreas como Campo Grande e da Baixada Fluminense (região limítrofe ao Sertão Carioca). No entanto, a cobrança de “joia” de 100\$000 (cem mil réis) para a admissão do associado demonstra a seletividade da organização. A cooperativa não era o lugar para qualquer “productor”.<sup>1</sup>

\* \* \*

Organizações como as cooperativas eram as principais alternativas dos lavradores da zona rural. E seguiu sendo mesmo após a promulgação do Decreto 19.770, em 19 de março de 1931, o qual regulamentava a organização de sindicatos. A partir de então o Ministério do Trabalho se encarregava de reconhecer os sindicatos que se adequassem às exigências e critérios da lei. Mas esse era o problema: eram tantos que continuava não sendo fácil alcançar tal reconhecimento (FÜCHTNER, 1980, p. 43).

E era mais ainda para aqueles trabalhadores rurais. Uma série de fatores dificultava tal iniciativa por parte deles: tratavam-se de lavradores que na sua esmagadora maioria não tinham carteira profissional: eram posseiros que trabalhavam por conta própria, com auxílio quase que exclusivo da família; além disso, estavam distribuídos de maneira fragmentada por vasto espaço (a zona rural perfazia mais de 1/3 do território do Distrito Federal): a reunião e mobilização desses lavradores numa entidade única não era nada simples, havia aspectos logísticos que não podiam ser ignorados. A região penava com a falta de estradas; as poucas que haviam eram mal conservadas. Os meios de transporte eram igualmente deficitários.

Contudo, todos esses obstáculos não passaram de mero detalhe. O fator crucial é que a forte pressão dos grandes proprietários tornava praticamente impossível o reconhecimento de um sindicato rural, voltado para a defesa dos empregados, por parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

---

<sup>1</sup> Em seu *Estatuto*, a Cooperativa dos Citricultores do DF estabelecia como atividades prioritárias:

“a) – promoverá o aperfeiçoamento dos processos técnicos de cultura, colheita, transporte, beneficiamento, acondicionamento e expedição dos produtos citriculas, bem como a sua padronização; b) – instalará packing-house, frigoríficos e fabrica ou fabricas para o aproveitamento dos productos citriculas, como materia prima; c) – effectuará a venda collectiva dos productos adquiridos a seus associados, com a marca registrada da sociedade; d) – estabelecerá a estimativa da produção; e) – zelará pela applicação escrupulosa dos princípios fundamentaes da cooperação”. E informava ainda que “poderia” comprar mudas, adubos, viveiros, instrumentos, maquinas agrícolas, contratar técnicos etc.

A força de tais interesses era a principal razão para que as (poucas) leis que contemplavam os trabalhadores rurais se mantivessem “caducas”. Era o caso de uma lei importantíssimo em termos históricos, o Decreto-lei 7.038 de 10 de novembro de 1944, do Governo Vargas, que estabelecia a fundação de sindicatos rurais de trabalhadores e de proprietários do campo. Visa-se romper o padrão estabelecido pelo Decreto 979 de 1903, que forçava a reunião num mesmo sindicato de grandes proprietários e pequenos lavradores e trabalhadores assalariados. Porém, mesmo com a lei, pouquíssimos sindicatos de trabalhadores seriam reconhecidos pelo Ministério do Trabalho pelos próximos 15 anos (Ibidem, p. 46).<sup>2</sup>

No *Sertão Carioca*, nesta mesma década chegou a funcionar um Sindicato dos Lavradores. Um jornal local, o *Tribuna Carioca* de julho de 1939, informava que ele era dirigido por uma junta governativa. O seu quadro de associados era composto por grandes fazendeiros. Ou seja, tratava-se na verdade de um sindicato patronal. Anos mais tarde, já na década de 1940, ela teria a sua denominação alterada para Sindicato dos Empregadores Rurais do Distrito Federal. (*Tribuna Carioca*, 02/07/1939, p. 4)

\* \* \*

Nos anos 1940 eram dois os principais tipos de organização política e profissional: as cooperativas, bem mais antigas, que em sua maioria datavam da década de 1930 (*Relatório do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro, 1933, p. 257) e, principalmente, as Ligas Camponesas, surgidas a partir de 1946, que eram patrocinadas pelo PCB, mas que contavam com apoio de diversos partidos, até mesmo da UDN. Dentre as primeiras podemos destacar a Cooperativa Agrícola de Bangu, a Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande, a Cooperativa dos Policultores de Santa Cruz e a Cooperativa de Agricultores e Criadores de Jacarepaguá. Não temos disponível nenhuma documentação produzida por essas entidades, não sendo possível, portanto, averiguar o perfil social delas. Sabemos que foram criadas quase todas pelo Ministério da Agricultura na primeira metade da década de 30. Como nos informa Sônia Mendonça, o DF até 1935, mesmo sendo “difícilmente palatável enquanto núcleo de cooperativas agrícolas”, era a terceira unidade da federação com maior número de cooperativas registradas. Quase nada temos também a respeito de sua atuação. Sabemos que

---

<sup>2</sup> Führtner lembra que “até 1960 não existiam mais do que oito sindicatos rurais reconhecidos, dentre estes, três nos estados de Pernambuco e Bahia e um no estado do Rio e Santa Catarina, respectivamente.” (pp. 115-6)

algumas delas estavam envolvidas nas discussões dos problemas dos pequenos lavradores. A Cooperativa de Agricultores de Jacarepaguá, por exemplo, organizava reuniões com lavradores da Fazenda Curicica para a discussão em torno da questão da propriedade daquelas terras (*Anais da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal*, 19/03/1947, p. 195). Entre as teses aprovadas no documento final da I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal (1953), constava a “Tese n. 12”, de autoria de Álvaro Fernandes, da Cooperativa Agrícola de Bangu. Nela, defendia o “transporte direto das fontes de produção aos centros de consumo; venda direta ao consumidor; preferência nos mercados, mercadinhos e locais de venda, isenção de taxas e impostos”.<sup>4</sup>

Já outras cooperativas, em função de sua composição, pareciam se concentrar em medidas que trouxessem benefício aos estabelecimentos agrícolas mais ricos, ou seja, as propriedades dos grandes fazendeiros e criadores da região. O exemplo da Cooperativa de Agricultores e Criadores de Campo Grande é bem ilustrativo. Registre-se que o ato fundação foi celebrado na Fazenda Municipal de Guaratiba, o que revela apoio claro da prefeitura da cidade.

Os sobrenomes dos seus membros evidenciam o *status* social do quadro de associados: Jorge Pires da Veiga, Pellegrino Tolomei, João Paes Ferreira, Jose Rabello, Veríssimo Bennatti, David Patrício Laranjeiras, João Junqueira, João Wazen, João Batista Janoni, Manuel Gonçalves de Castro, José Dias Ferreira de Carvalho, Tobias Hercules, Ole Aartello.

Mas talvez o fato mais relevante tenha sido a presença de diversar personalidades políticas e representantes do governo municipal, casos de Heitor Grilo (secretário de Agricultura), Rafael Xavier (diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura), Gil Ferreira (diretor do Departamento de Agricultura do Distrito Federal, José Gonçalves (chefe do Serviço de Economia Rural), Pedro de Franca (diretor comercial das Cooperativas de Consumo do Distrito Federal), Osmar Resende (chefe do Serviço Florestal do Serviço Florestal da Secretaria de Agricultura), Jordan Nery (representante do Banco da Prefeitura do Distrito Federal), e os vereadores: Breno da Silveira, Arlindo de Pinho e Manoel Gomes de Castro (*Diário Trabalhista*, 22/05/1947, p. 4).

---

<sup>4</sup> “1º Congresso dos Lavradores do Distrito Federal” - Fundo DPS/APERJ, nº 1881.



## 1. Quadro de Cooperativas

COOPERATIVAS	1942	1943	1944	1945
Cooperativas registradas	9	9	10	11
Nº de associados	289	491	234	575

*Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, 1946. p. 197.*

Outra forma de organização eram as Ligas Camponesas. Sua criação significava para o PCB a implementação de uma estratégia nacional de intervenção no campo. Segundo Irineu Luís de Moraes, ex-militante comunista, a primeira criada foi a Liga Camponesa de Dumont em fins de 1945 (WELCH e GERALDO, 1992, pp. 86-90). Para outros, a primeira teria sido a Liga Camponesa de Iputinga/Pernambuco (COSTA, 1996, p. 20) No DF, a primeira a ser constituída foi a Liga Camponesa do Sertão Carioca (LCDF) em meados de 1946. Eram suas principais reivindicações:

a) pleitear, dentro da lei vigente, terras para os queiram trabalhar, de forma gratuita ou por sistema módico de financiamento para sua aquisição; b) obter dos Poderes Públicos crédito fácil e barato, para pagamento a longo prazo, assim como assistência técnica gratuita para os lavradores; c) pleitear o fornecimento gratuito de ferramentas agrícolas e sementes; d) pugnar pelo saneamento e higienização das zonas rurais do Distrito Federal, bem como pelo melhoramento das estradas existentes e abertura de novas; e) pugnar pela criação de escolas de alfabetização e técnicas nas zonas rurais, para uso dos lavradores e de suas famílias; f) pugnar, perante os Poderes Públicos por uma legislação que assegure aos posseiros de pequenos tratos de terra, e que aí estejam estabelecidos há longos anos, a propriedade dos mesmos, concedendo-se-lhes os respectivos títulos de propriedade, bem como por um sistema de locação de terra menos extorsivo do que atualmente em voga; g) pugnar pela criação de mercados livres e diretos, com a abolição dos intermediários; h) lutar pela redução e abolição de todos os impostos, que recaem sobre os pequenos lavradores e que oneram a produção agrícola e asfixiam o pequeno lavrador i) desenvolver, com os meios ao seu alcance, o nível cultural e tecnológico dos lavradores e de suas famílias, criando cursos e promovendo reuniões e conferências; j) criar e desenvolver cooperativas de produção e consumo para uso de seus associados e de suas famílias; l) colaborar com o governo da república em todas as medidas que visem o amparo do agricultor e a melhoria e desenvolvimento da lavoura no Distrito Federal; m) manter serviços de Assistência médica, jurídica e de Beneficência para seus associados, na medida de suas possibilidades e na forma que for prescrito pela Assembléia Geral dos Associados.<sup>5</sup>

De modo a facilitar a participação de lavradores de diferentes localidades nas discussões da LCDF, criaram-se Ligas subsidiárias em cada localidade: as Ligas Camponesas de Jacarepaguá e Vargem Grande surgiram dessa forma.

<sup>5</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DPS. Série Dossiês: "Boletim Reservado nº106 (14/06/51)".

As Ligas tinham uma característica promordial: eram iniciativas do PCB. E por isso elas eram bastante dependentes dessa agremiação. Por conseguinte, tanto a linha de atuação como a forma de funcionamento eram determinados pelos comunistas. Não se tratava, efetivamente, de uma entidade autônoma – longe disso. Contudo, tal aspecto era para as Ligas e, fundamentalmente, para os pequenos lavradores que recorriam a elas, algumas vantagens: as Ligas se beneficiavam da logística do partido, de certo amparo financeiro e da contribuição em termos de trabalho de alguns de seus militantes. Entre esses, os mais destacados, e que eram objeto do maior interesse dos lavradores, eram certamente os advogados. No caso do Sertão Carioca os principais nomes foram Heitor Rocha Faria (que também teria grande atuação na Baixada Fluminense) e Pedro Coutinho.

Mas a ligação orgânica das Ligas com o PCB também implicava em certas “desvantagens”. E não me refiro à controversa falta de autonomia: a dependência frente aos comunistas servia de argumento para uma maior repressão, truculência e criminalização da entidade por parte de certa imprensa, das forças policiais e de grupos conservadores de maneira geral. Qualquer associação ao PCB era prontamente caracterizada como uma iniciativa de alto teor impatriótico e mesmo desestabilizador. E essa não era uma postura exclusiva da chamada “imprensa conservadora”.

O *Diário Trabalhista*, baluarte do trabalhismo varguista era notório expositor de alertas contra a aproximação do “trabalhador” em relação aos “agentes vermelhos”. Algumas de suas matérias nesse sentido nos permitem atestar como o ideário consagrado pela Era Vargas era fortemente apoiado em alguns dos pilares do anticomunismo: o trabalhador que porventura se dispusesse a aceitar as propostas do PCB perdia com isso a sua condição de cidadão pleno de direitos, pois atentavam contra a Nação, contra a ordem pública. Em suma: não poderia ser considerado um trabalhador de verdade.

Não era a outra razão para que o jornal desse tanto destaque a pronunciamentos como esse, de maio de 1947, feito por um dirigente do Sindicato da Construção Civil, que, como se observa, era totalmente alinhado à concepção corporativista do sindicalismo varguista: “Não se tratamos de política e nem de partidos. Não temos tempo para isso. cuidamos de nossos interesses e cooperamos com o governo. Nada, também, tenho a ver com a atividade particular dos associados” (*Diário Trabalhista*, 24/05/1947, p. 11).

Em outra edição, o jornal buscava ser o mais claro possível: Trabalhador! Cumprindo com as tuas obrigações e teus deveres, estarás habilitado a receber os direitos facultados por lei (*Diário Trabalhista*, 25/05/1947, p. 1).

O ambiente político que vigorava diante de tais fundamentos ideológicos não beneficiava em nada no livre desenvolvimento e ampliação das formas organizativas dos trabalhadores. Ele tinha como efeito inibir a possível filiação de vários desses lavradores: quem estaria disposto a se ligar a uma entidade tida e havida como subversiva? Quem estaria propenso a ser alvo de vigilância e constrangimento policial por estar filiado a uma organização classificada como perigosa e impatriótica? <sup>36</sup>

Com tudo isso, as Ligas conseguiam manter algumas iniciativas nos seus poucos anos de existência na zona rural do Rio de Janeiro. Porém, a decretação da ilegalidade do PCB em maio de 1947 tornou inviável a manutenção daquelas organizações.

Havia ainda o Sindicato dos Empregadores Rurais do Distrito Federal, fundado em 1932. Seu presidente em fins da década de 1940 era João Luiz de Carvalho, político da zona rural muito bem situado na máquina administrativa municipal. Começara sua carreira como funcionário da Secretaria Municipal da Agricultura durante a presidência de Marechal Hermes. A rede de relações que construiu a partir daí lhe permitiu alçar vôos maiores tendo como plataforma o Sertão Carioca (a região de atuação da secretaria). De tal sorte que João Luiz de Carvalho foi eleito para dois mandatos de vereador (1947-50/1951-55) pelo PTB na Câmara Municipal, amealhando no Sertão a maior parte de seus votos.

Foi no primeiro ano de um de seus mandatos como vereador que se tornou presidente do Sindicato dos Lavradores do Distrito Federal, logo tendo seu nome alterado para Sindicato dos Empregadores Rurais do Distrito Federal (SERDF). A entidade presidida pelo petebista, tinha como uma das principais preocupações prestar “assistência médica e dentária” aos seus associados (GRILLO, 1947, p. 293). Aliás o SERDF plenamente afinado com a orientação do Diretório Regional do PTB no DF, que tinha como finalidades além da

---

<sup>6</sup> Assim o jornal *O Globo* opinava sobre o “plano de agitação” dos militantes do PCB em função do aumento do preço das passagens de ônibus em meados de 1956:

“Os comunistas estão obedecendo, ao que tudo indica, a um plano, no qual é visada, principalmente, a intranquilidade pública na Capital Federal, tendo por objetivo desviar a atenção das autoridades de outros pontos do país, onde eclodiram novas agitações. Sabe-se que pretendem fomentar distúrbios também, quando fôr autorizada a elevação dos preços das passagens dos ônibus e, futuramente, dos trens da Central do Brasil, da linha auxiliar e Rio Douro”. 02/06/1956, p. 7.

supervisão e direção dos diversos órgãos petebistas na cidade, a assistências médica e odontológica aos membros do partido, “serviços beneficente” e a realização de tarefas educativas e de doutrinação (ARAUJO, 1996, p. 67).

Por representar a categoria econômica “Empregadores Rurais” reuniu num mesmo lugar grandes fazendeiros, médios e pequenos arrendatários, e posseiros. Pela definição do ministério do trabalho, os dois últimos eram enquadrados como empregadores e não como empregados pelo decreto-lei que dispunha sobre a sindicalização rural.<sup>7</sup> Tudo isso contribuía para que esses sindicatos fossem considerados de caráter patronal. A criação dessa entidade também cumpria a função de rivalizar com as organizações que os comunistas vinham estabelecendo na zona rural carioca. Mas João Luiz não precisou exercer essa função por muito tempo. Com a decisão de 7 de maio de 1947 do Supremo Tribunal Eleitoral em cassar o registro do PCB, todas as Ligas tiveram que ser desativadas.

Além de ser patronal – o que favoreceu o seu pronto reconhecimento oficial, o fato do presidente do sindicato ser muito bem situado no PTB carioca granjeava alguns benefícios ao Sindicato. Há que se destacar também que a própria posição de João no partido lhe possibilitou auferir cargos importantes na máquina pública. Depois de se tornar vereador, João assumiria a chefia da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal em 1953.

Contudo, o petebista não era unanimidade, nem no PTB nem no Sindicato. Em 1954, por exemplo, quando já não era mais diretor do mesmo, João teve provas de como também era significativa a resistência ao seu nome. No final de janeiro daquele ano, os membros do Sindicato dos Agricultores do Distrito Federal foram recebidos pelo chefe de gabinete do Ministro Jango, Hugo de Faria: reclamaram da indiferença da Secretaria municipal de Agricultura e do desvio de verbas; convidaram Jango a visitar sua sede (*O Radical*, 30/01/1954, p. 3).

Havia uma outra modalidade de organização, representada pelas Intendências Agrícolas. Elas foram também bastante disseminadas na zona rural. A sua criação se deu por iniciativa da Prefeitura do Distrito Federal. Desde finais da década de 1940 eles marcavam

---

<sup>7</sup> Segundo o Decreto-Lei nº7.038(10/11/44) no seu artigo 2º,§1º: “São empregadores rurais as pessoas físicas ou jurídicas, proprietários ou arrendatários, os que exploram a atividade rural, na lavoura, na pecuária, ou nas indústrias rurais, por conta própria, utilizando-se do trabalho alheio ou não, seja em economia individual, coletiva ou de família.” (*Diário Oficial*, 15/11/44, p. 19.250).

presença no Sertão Carioca, mais precisamente a partir de 01 dezembro de 1948, por meio do Decreto N. 9.446. Nos anos 50 elas chegariam ao número de 8: Cachamorra, Lameirão, Rio da Prata, Posse, Palmares, Mendanha, Viegas e Sertão Carioca (*Diário Oficial da União*, 02/12/1956, p. 2).

Infelizmente não pude obter informações mais precisas sobre as Intendências. O pouco que sabe é que elas foram planejadas para atuarem como as cooperativas, mais voltadas como estas às questões relativas à venda dos produtos. Mas o seu diferencial era que teria como outra finalidade aproximar os pequenos lavradores e a Prefeitura, servindo a Intendência como um instrumento mapeador das demandas e problemas mais sentidos do Sertão Carioca. Ao mesmo tempo, a Prefeitura, por meio do Departamento de Agricultura (a quem estavam subordinadas as Intendências) estabelecia normas severas, proibindo qualquer propaganda política e religiosa, ou seja, o mesmo que se estipulava aos sindicatos profissionais.

Mas há um aspecto bastante importante a se destacar: dos poucos relatos jornalísticos sobre elas, pode-se constatar que o grosso dos seus associados era composta por pequenos lavradores; além disso, algumas Intendências, como a do Rio da Prata, não se limitavam a discutir questões técnicas de venda ou plantio de produtos da lavoura - elas (as intendências) se envolviam com o tema da grilagem e do processo de expropriação dos pequenos lavradores; postura essa bem diferente daquela observada nas cooperativas.

A atuação mais diretamente política de algumas delas lhe valeram certa visibilidade não apenas entre os pequenos lavradores da região, como no cenário político mais amplo da cidade do Rio. Foi o caso da Intendência Agrícola da Reta do Rio Grande, que conseguiu ter uma audiência com o secretário de Agricultura do Distrito Federal no início de 1953 (*Última Hora*, 24/02/1953, p. 5). Portanto, em pouco tempo de funcionamento, as Intendências passaram a desenvolver uma dinâmica própria, fugindo em parte do que os poderes públicos esperavam delas.

\* \* \*

A década de 1950, logo em seu início, testemunharia também o surgimento das Associações de Lavradores, que seriam até a década de 60, a principal forma associativa dos lavradores do Sertão Carioca. Depois do desaparecimento das Ligas em 1947, a primeira

organização desse tipo criada foi a Associação de Lavradores da Fazenda Coqueiros (ALFC), ainda na década de 1940 – mais precisamente em 1º de maio de 1948. Seu principal dirigente era Teobaldo José Ribeiro, “nascido e criado na Fazenda” (*Voz Operária*, 13/06/1953, p. 9). Outras lideranças eram Heitor da Rocha Faria (advogado da organização) e Lyndolpho Silva (futuro fundador da ULTAB), todos militantes do PCB. Apesar dessa ligação com os comunistas, a ALFC desenvolveria uma política de atuação que atrairia o apoio de grupos de outros grupos (PSB, PTB, os jornais *O Popular*, *O Radical*, *Luta Democrática*, *Última Hora* etc.). A ALFC seria a principal responsável pela realização do I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal, que, segundo a imprensa comunista, teria despertado o “maior interesse” entre os lavradores, além de deputados, vereadores e outras personalidades. Certamente, pois a polícia política acompanhava com igual interesse todas as etapas deste Congresso, já “que os comunistas pretendem... agitar os debates com a habitual e desenfreada demagogia”.<sup>8</sup> Na verdade, segundo o *Imprensa Popular*, o objetivo de “dezenas de camponeses do Sertão Carioca, escolhidos por seus companheiros em assembléias e reuniões” era simplesmente, “na base do debate”, discutir “as questões que mais avulta[va]m aos camponeses”, como concessão de crédito aos pequenos lavradores e a posse da terra (*Imprensa Popular*, 01/07/53, p. 3). Os participantes ao final do evento, com o intuito de estabelecer uma frente comum de luta entre os lavradores cariocas, fundariam a Associação dos Lavradores do Sertão Carioca.

O reconhecimento público das organizações dos trabalhadores não era mais o único objetivo dos diversos movimentos. A autonomia dessas entidades também era vista como essencial. Os integrantes do I Congresso fariam questão de frisar tal anseio. No ponto específico sobre as “Associações de Lavradores”, propunhasse a “criação e reconhecimento pelos poderes públicos: autonomia completa sem dependência de qualquer Ministério”.<sup>9</sup>

Ainda em meados da década de 1950, a sindicalização no campo era um “projeto” ainda distante. O então diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho frisava que ela não seria “promovida sem metuculozo e seguro exames das condições de trabalho das

---

<sup>8</sup> Fundo DPS/ série dossiês – APERJ.

<sup>9</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, DPS, 5, 1881 - I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal, 1953.

diferentes regiões agrícolas do país”. Ou seja, o governo não tinha qualquer pressa em implementar a lei de sindicalização.

Ao mesmo tempo, não fazer nada a respeito também representava um certo custo político. A listagem dos principais pontos do projeto a ser viabilizado deixa claro que a possível insatisfação dos grandes proprietários não era a única preocupação do governo. Além da “fixação do homem ao campo” e do “aprimoramento técnico e social do trabalhador rural”, o projeto deveria ser um eficaz instrumento de “combate à ação subversiva dos elementos comunistas da esquerda”. E acrescentava: “O avanço vermelho no campo devia-se ao menor policiamento que nos centros urbano”.

A campanha contra a sindicalização rural, em particular, e uma certa criminalização da própria atividade sindical, de maneira geral, era enormemente inspirada no ideário anticomunista. Nesse sentido, os relatórios internos das polícias da época são bastante instrutivos do pensamento dominantes sobre o tema por parte das forças repressivas. Num desses relatórios, escrito e enviado pelo Chefe de Polícia do Departamento de Força e Segurança Pública (DFSP) ao ministro de Justiça em 6 de janeiro 1949, lemos que

[...] a atividade fundamental do P.C.B. consiste em agitar as massas trabalhistas, elemento básico para a realização de seus objetivos subversivos, e daí a ação da Polícia se voltar de preferência à neutralização do trabalho de agitação, afastando dos meios trabalhistas os elementos a serviço do Partido.

Não foi pequeno o número de casos que, graças a uma ação preventiva, eficiente e oportuna, os movimentos grevistas foram evitados.

E algo que chamava muito atenção do então chefe do DFSP era “a infiltração comunista em várias agremiações”.

Chamava a atenção dele, de um dos chefes da repressão política, e da imprensa conservadora também (que efetuava a repressão de outro jeito, por meio de palavras). Toda greve, manifestação de protesto ou levante tinha para esse tipo de imprensa o espectro de alguma trama ou ardid comunista e que, portanto, deveria ser severamente debelado.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Para se ter uma boa medida sobre esse ambiente ideológico, eis o que *O Globo* escrevia sobre a mobilização das Ligas Camponesas em junho de 1959, isto é, às portas da década de 60. Sob o título “Os trabalhadores rurais estão sendo iludidos em sua boa-fé” o artigo alertava: “Infelizmente, o trabalhador rural está sendo utilizado por dirigentes dessas ligas para servir a interesses políticos, e muitas vezes subversivos. Iludido em sua boa-fé, apegasse à sua associação, sem sentir que está sendo usado para fins de fato deploráveis e contrários aos interesses do Estado.” (19/06/1959).

Entretanto, o anti-comunismo daqueles tempos não era atributo exclusivo das chamadas “classes conservadoras”; adversários dos comunistas do campo da esquerda, como os trabalhistas/getulistas, recorriam a tal expediente quase que diariamente. Os editoriais dos órgãos de imprensa ligados a tal corrente faziam questão de fomentar a cruzada contra os “lacaiois de Moscou”. O *Diário Trabalhista* era taxativo em março de 1953 quanto à repressão ao comunismo: “Apoio Total!” (*Diário Trabalhista*, 19/03/1953, p. 2.).

Menos de um mês depois, o jornal voltava a ser incisivo: “O Governo precisa, com urgência, de uma reforma administrativa e de uma lei de repressão às atividades comunistas” (*Diário Trabalhista*, 07/04/1953, p. 2.).

Embora tais assertivas se pautassem por significativa histeria, muito comum em tempos de guerra fria, havia certamente um aspecto a se considerar: mesmo na ilegalidade, o PCB recém-inaugurava uma nova ofensiva para a conquista de sindicatos. Para tanto, ele já tivera o cuidado de proscrever vários dos pontos consagrados pelo Manifesto de Agosto de 1950, cuja linha insurrecional havia desqualificado a atuação política no interior dos sindicatos. De certa maneira, os adversários e inimigos dos comunistas tinham alguma razão em ficar preocupados. Tal iniciativa foi logo vista pelas autoridades policiais e grupos conservadores anti-comunistas (e da esquerda também) como mais um elemento para justificar e legitimar medidas mais violentas e repressivas contra o movimento sindical.

Ao mesmo tempo que aumentava a frequência das ações de protestos dos lavradores, tinha-se o aumento do número de suas organizações. Em novembro de 1956, já faziam companhia às organizações acima mencionadas a Associação Rural de Jacarépaguá, a Associação de Lavradores de Guaratiba, a Associação de Lavradores e Posseiros de Piaí (Sepetiba), a Associação de Lavradores de Campo Grande e a Associação de Lavradores de Mato Alto. Há que se destacar, portanto, o processo de gênese dessas associações: quase todas surgem em localidades envolvidas em conflitos e disputas de terras. A linguagem e a identidade enunciadas por meio das ações de tais entidades eram forjadas em estrita oposição à figura do “grileiro” (cf. GRYNSZPAN, 1990, p. 292). Não é por acaso que a Associação Rural de Jacarepaguá estabelecia que “somente lavradores podem associar-se, por esta razão um coronel morador no local não participa do quadro social”.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> APERJ. Fundo DOPS. Série Comunismo: “Associação Rural de Jacarepaguá”, Dossiê nº 24. fl. 1.



O objetivo principal dessas organizações era o debate e a viabilização de medidas que tocassem na questão do litígio de terras. Daí a importância que tinha a função do advogado. Era o caso da Associação Rural de Jacarepaguá, que contava com 360 sócios. Segundo reconhecia o agente do DOPS encarregado de vigiar a entidade, ela “fundou-se apoiada nas dificuldades dos modestos Lavradores, em sua maior parte analfabetos e posseiros e, em constante litígio com a Imobiliária Curicica e o BCM [Banco de Crédito Móvel]”.<sup>13</sup>

Não se pode deixar de lado o papel da seção carioca do PCB na articulação de várias dessas organizações. Algo que nunca cessou por completo, mesmo com a proscricção do partido em 1947. E a partir de 1954, os comunistas ainda teriam o reforço nessa tarefa da cobertura do jornal *Terra Livre*, que era um órgão comunista voltado exclusivamente para a organização dos trabalhadores e conflitos de terra no meio rural. O jornal não só realizava a cobertura dos acontecimentos, como atuava abertamente no fomento e no patrocínio para a criação de entidades organizativas de trabalhadores rurais. O editor-chefe do *Terra Livre*, Lyndolpho Silva (futuro dirigente sindical e presidente da ULTAB<sup>14</sup>), chegaria a participar da fundação da Associação dos Lavradores do Sertão Carioca. Aliás, Lyndolpho só não participou como foi eleito seu vice-presidente (*Terra Livre*, 2º quinzena de agosto de 1954. p. 5).

A criação dessas Associações ainda era a principal alternativa organizativa para os lavradores e suas “lideranças”, já que a via sindical ainda se encontrava interdita. As forças políticas que gravitavam na órbita dos interesses da grande propriedade seguiam atuando para bloquear qualquer medida que resultasse na ampliação de direitos por parte dos segmentos de trabalhadores. Mas seria nessa época também – meados da década de 1950 – que tal poder passaria ser contestado na esfera do legislativo federal. O que se deveria principalmente à firme atuação de Fernando Ferrari, deputado do PTB pelo Rio Grande do Sul (*Última Hora*, 07/12/1956, p. 1). Mesmo tendo várias derrotas no encaminhamento de projetos que visavam estender os benefícios da legislação trabalhista ao campo, as discussões promovidas pelo deputado ecoaram em diversos segmentos da sociedade brasileira. O que acabou se constituindo num importante contraponto ao domínio e pressão exercidos pelas elites agrárias no sentido de obstar qualquer política em prol dos trabalhadores do campo.

---

<sup>13</sup> APERJ. Fundo DOPS. Série Comunismo: “Associação Rural de Jacarepaguá”, Dossiê nº 24. fl. 1.

<sup>14</sup> ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Criada em 1954 durante a realização da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas.

É bem provável que a atuação de figuras como Ferrari tenham contagiado alguns dos segmentos mais combativos e organizados daqueles trabalhadores a seguirem pressionando na luta por leis que garantissem alguns direitos. E dentre as várias a serem reivindicadas, o direito a se organizar em entidades sindicais tinha um lugar destacado. E isso valia para as cooperativas.

Na I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal de 1958, entre os pontos aprovados no documento final do evento encontramos a solicitação por cooperativas “autônomas, sendo administradas por uma Diretoria e um Conselho constituído – exclusivamente – dos cooperados”. Além disso, deveria caber “às cooperativas o privilégio da venda dos produtos agrícolas e criações próprias, nas feiras e mercados; e funcionarão como de consumo para fornecimento exclusivo a seus cooperados”. Os conferencistas ainda propunham um ponto extremamente polêmico, que era retirar do Ministério da Agricultura – tradicionalmente associado aos grandes proprietários - o poder de jurisdição sobre aquelas entidades: “Caberá às Secretarias de Agricultura o registro – das Cooperativas e associações rurais, para efeito da legalidade, sem qualquer interferência administrativa – podendo fornecer estatutos padrão e dar posse à primeira diretoria”.

O surgimento das Associações de Lavradores e o desenvolvimento de várias iniciativas por parte delas influenciou na alteração da funcionalidade de outras organizações. A Colônia de Pescadores de Pedra de Guaratiba que financiou a defesa jurídica dos lavradores de região que lutavam contra Pedro Moacir e os do A.B.C. O próprio Sindicato dos Empregadores Rurais do vereador João Luiz de Carvalho viu-se na obrigação de tomar medidas capazes de fazer frente à competição feita por aquelas associações. Nesse contexto, a prestação de assistência médica e dentária já não tinha o mesmo poder de atração de antes. O SERDF, como exemplo, prontamente se disponibilizou a oferecer ajuda aos lavradores do Medanha quando das operações da Marinha em 1952. Foi o próprio João Luiz (como pudemos verificar anteriormente) que enviou o telegrama ao Ministro da Marinha para pedir esclarecimentos (*Imprensa Popular*, 01/07/1952, p. 3). Em maio de 1954, o SERDF conseguia uma audiência no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, com o presidente Getúlio Vargas para entrega de um memorial, na qual solicitava maior ajuda financeira para a lavoura do DF (*O Popular*, 06/05/1954, pp. 1/6.). Até 1964, o SERDF continuaria sendo o único sindicato

reconhecido pelo Ministério do Trabalho,<sup>15</sup> embora tenha sido significativo o esforço por parte de lavradores e lideranças em conseguir fazer com que outras organizações tivessem o reconhecimento do Ministério do Trabalho.

Com a regulamentação da sindicalização no campo promovida pelo governo de João Goulart em 1963, as Associações de Lavradores (sociedades civis com simples registro em cartório) buscaram se converter em Sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, ou seja, em organizações respaldadas pelo reconhecimento oficial (GRYNPZAN, 1990, p. 123). Contudo, essa era uma reivindicação que remontava aos meados da década anterior: em 1955, por exemplo, o Ministério do Trabalho acolhia um processo da Associação dos Lavradores do Sertão Carioca, com sede no Mendanha, que pedia o seu “reconhecimento” como sindicato. No ano seguinte, era a vez da Associação dos Trabalhadores Rurais Autônomos Profissionais, com sede em Campo Grande, fazer o mesmo. O ano de 1961 já havia chegado e essas entidades ainda não tinham ainda sua “Carta Sindical” (documento que formalizava este tipo de reconhecimento).<sup>16</sup> Iniciada a “onda da sindicalização rural” dois anos depois, outras associações buscaram seguir o exemplo daquelas duas.<sup>17</sup> A idéia era criar um sindicato para cada uma das categorias de trabalhadores rurais presentes no Sertão Carioca, como “posseiros”, “arrendatários”, e até mesmo “assalariados” e “pequenos Proprietários”. As medidas para isso estavam sendo tomadas. Em dezembro de 1963, a Associação Rural de Jacarepaguá convidava “posseiros” e “arrendatários” da Guanabara para “a grande *assembléia*”, num domingo, “às 17 horas”, com vistas à criação de um Sindicato dos respectivos grupos. “Nos seguintes domingos” (01 e 08 de dezembro), pretendia-se criar os sindicatos de “assalariados” e “pequenos proprietários”.<sup>18</sup>

Muito embora as iniciativas do Governo João Goulart favorecessem a criação de novos sindicatos, é preciso que não se esqueça que o ambiente anticomunista era muito

---

<sup>15</sup> “Sindicatos Rurais” – pasta 12/Fundo DOPS. fl. 161.

<sup>16</sup> É preciso dizer que essa demora, ou como alguns preferiam dizer, “má vontade” por parte do Ministério do Trabalho, não atingia apenas as associações de classe dos pequenos lavradores e trabalhadores rurais. O próprio SERDF, uma entidade patronal fundada em 1932, teve seu processo de reconhecimento aberto em 1945, mas quase cinco anos depois (30/12/1949) é que o então ministro do Trabalho Cândido Motta Filho concedeu-lhe a carta sindical. *Diário Oficial*, 06/02/1950. p. 1776. (A informação sobre a fundação do SERDF foi obtida em entrevista prestada ao autor por Almir Punaro Baratta e em depoimento particular concedido pelo sr. Francisco, secretário da entidade, hoje chamada de Sindicato Rural do Rio de Janeiro).

<sup>17</sup> Segundo Octávio Ianni, havia ao todo 5 sindicatos que esperavam pela Carta Sindical em dezembro de 1963 - *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 92.

<sup>18</sup> APERJ. Fundo DOPS. Série Comunismo: “Associação Rural de Jacarepaguá”, Dossiê nº 24. fl. 2.

presente no interior dos aparelhos policiais. E tal fato condicionava enormemente o intenso trabalho de vigilância da polícia política sobre essas entidades. A suspeita de que tais entidades não passavam de meros aparelhos a serviço do PCB eram acentuadas.

Entre as poucas informações que temos sobre como funcionavam efetivamente aquelas entidades é bastante emblemático que a mais detalhada seja exatamente um relatório produzido pelos DOPS do então estado da Guanabara, em dois de dezembro de 1963. A ânsia do agente em captar os mínimos detalhes da Associação Rural de Jacarepaguá acaba nos proporcionando informações que infelizmente não encontramos em relação a outras. Por ele ficamos sabendo que a Associação se localizava na estrada dos Bandeirantes, nº 5.045, “a 100 m. adiante do marco Km 5”. O agente da polícia política nota ainda que “suas instalações são toscas. Constam de pequena sala e carteiras e bancos tipo escolar. Algumas gravuras nas paredes com motivos e trajes do campo”. A minúcia no detalhamento é tanta que consta também que existe “um quadro negro onde estava escrito - ‘manina’ e gravuras relativas ao dia das mães”. A sede da associação parecia ser pobre não apenas em mobiliário, como em termos de acervo de livros: “num armário encontra-se um número da revista *A Lavoura*, papéis não identificados e alguns talões de blocos de recibo amarrados e sem uso”.

Certos detalhes do relato sugerem que as observações do agente não foram realizadas numa única visita à sede. É bem provável que ele participasse de várias reuniões. É o que se deduz quando lemos detalhes sobre a rotina de funcionamento da sede:

- A chave da sede é guardada na residência do filho do tesoureiro localizada nos fundos do terreno. Note-se que esse indivíduo é desconfiado e não responde a perguntas. Tem pequeno defeito nos quadris.
- Das reuniões participam constantemente políticos e, no show de 24, o Ministro do Trabalho enviou representante.
- Tudinho e Arlindo Amador da Silva possuem carteira social. São moradores na rua do Rio do Cascalho, no antigo Km 28 da Estrada dos Bandeirantes e nada de concreto quiseram informar. Demonstraram medo em suas respostas que são sempre repetições do que tem sido divulgado pela Associação.

O relatório revela também um aspecto da metodologia de investigação do DOPS, e que reforça a hipótese de que as observações de campo que os agentes efetuavam demandavam dias – talvez semanas - de trabalho de apuração:

Embora o Sr. Caseiro informe que a Associação tem por finalidade a legalização da situação dos posseiros, frente aos legítimos proprietários, verifica-se que se está promovendo a intensificação de um progresso social

visando arregimentar novos socios ao mesmo tempo que novas teorias lhes são apresentada[s].

Cheguei a tal conclusão, não só pelo que ouvi no local como também pela faixa afixada frente a estrada dos Bandeirantes, que convidava aos lavradores para um grande show, enquanto os convites distribuídos entre os associados mencionam grande assembléia para a fundação do sindicato.

Além das informações sobre o dia-a-dia da Associação, o relatório concede grande papel à figura do tesoureiro da entidade, o sr. Antonio Ferreira Caseiro. É ele quem “conhece todo o histórico imobiliário do local, descrevendo tudo com muita facilidade.” Conhecimento esse que de certa forma revela a notável importância que nesse tipo de entidade possuía a figura do advogado, que no caso da Associação de Jacarepaguá era o dr. Pedro Coutinho Filho.

Mas o que mais chama atenção do agente mesmo é a grande capacidade do tesoureiro Antonio Caseiro em efetuar uma espécie de trabalho de conscientização política dos posseiros que recorriam à entidade. Lembra o agente que ele devia “possuir biblioteca” e que lia “tudo sobre o problema de terras e colonos”.

Capacidade essa que se expressava na própria organização da estrutura física da sede. Aspectos que denotavam o desenvolvimento da Associação como uma espécie de centro de socialização e aprendizado de conceitos e categorias discursivas e de pensamento, voltados para a configuração de uma determinada leitura sobre os processos sociais da região que mais dissesse respeito à experiência de vida dos pequenos lavradores que recorriam à organização. Além das carteiras e cadeiras dispostas como num auditório ou sala de aula, o agente do DOPS notava que “na frente da sede existe pequeno palanque”. O mesmo frisava ainda vários “políticos” costumavam comparecer à Associação. O próprio Caseiro era descrito como “amigo influente” de políticos como os deputados pela Guanabara Mourão Filho, Roland Corbusier, Hercules Correia e Oswaldo Pacheco. Rede de amizades que provavelmente muito tinha a ver com o fato de ser “Cabo Eleitoral desde muitos anos, existindo no terreno de sua residência uma placa eleitoral do Dr. João Machado – [do partido] MRT”.

A formação de uma rede de apoiadores não visava apenas às autoridades políticas. Os dirigentes da Associação, até por contar com algum recurso viabilizado pela entidade (ou mesmo por partidos, como o PCB, ou mesmo por alguns daqueles políticos), desenvolvia ações que buscava congregar o maior número possível de pequenos lavradores, dos diversos pontos não só da região de Jacarepaguá, mas de outros do Sertão Carioca. Para a reunião do dia oito de dezembro de 1963, haviam sido “fretados 2 ônibus para transporte grátis dos

participantes”.<sup>19</sup> No dia 1º daquele mês, o “ônibus nº de ordem 49.513 da Viação Taquara S.A. conduziu associados para uma reunião em Santíssimo”.

O reconhecimento da grande habilidade de Caseiro em articular seus argumentos leva o investigador do DOPS a destacar em tópicos os temas de maior interesse por parte do português:

Sem grande conhecimento, porém com grande vibração discute:  
 Críticas ao Governador  
 Reforma Agrária na China  
 Necessidade de Reforma Agrária  
 Inoperância do Poder Legislativo  
 Ricos ‘demais’ e pobres ‘miseráveis’  
 Sindicalização  
 S.U.P.R.A.  
 A Reação inevitável do camponês

Outro aspecto a se destacar é que bem antes da averiguação da Associação Rural de Jacarepaguá por parte do DOPS, este já tinha uma ficha com informações sobre seus dirigentes. Eles já sabiam, por exemplo, que “Teobaldo ou Theobaldo José Ribeiro, brasileiro, preto, morador na estação de Santíssimo. [...] Cabo eleitoral experimentado e influente entre autoridades” (as mesmas que Caseiro).

Sobre Antonio Caseiro, os agentes já tinham ciência que se tratava de um “português naturalizado, branco, casado com brasileira, pouca instrução, 60 anos aparentes, morador no local 33 anos em casa situada à 200 metros da sede da Associação, onde são guardados todos os documentos e livros do órgão”.

Para infelicidade de Caseiro os agentes não apenas conheciam muito de sua vida e de sua atuação sindical e política. Na visão deles, o luso-brasileiro era subversivo demais para os padrões políticos da região. Tanto assim que mal havia sido desencadeada com o Golpe de 1964, a Ditadura Militar por meio do mesmo DOPS iria ao encalço de Antonio Caseiro, prendendo-o e torturando-o, certamente pelo “programa social” que ele tinha o costume de discutir com tanta “vibração”.

---

<sup>19</sup> No folheto de chamada do evento, os organizadores faziam questão de informar que haveria “condução de ida e volta partindo dos seguintes locais:  
 JACAREPAGUÁ – Ponte do Recreio dos Bandeirantes parando no K. 1 do Pontal, em Vargem Grande, Vargem Pequena, K. 15 e Camorim.  
 CAMPO GRANDE – Largo do Correa  
 MENDANHA – Associação Rural local, passando por Santíssimo (Teixeira Campos, 264).  
 Partida dos diversos locais às 15 h. em ponto”.

### *Considerações finais*

A Ditadura que então se abateu sobre o país, teve um papel bastante prejudicial às organizações de pequenos lavradores no Sertão Carioca. Elas seriam quase que totalmente desarticuladas, perdendo o seu conteúdo mais politizado, reduzindo-se ao tratamento das questões logísticas ligadas a venda de produtos. Os trabalhadores rurais que ainda se mantiveram na região teriam que aguardar tempos menos sombrios para reativar tais entidades, o que viria a ocorrer no início da década de 1980, na vaga da Redemocratização.

Um pouco antes do Golpe, o Governo Carlos Lacerda já faria os seus estragos. A Secretaria de Agricultura seria extinta durante o seu mandato. Os planos de zoneamento agrícola para a região, até por isso, foram praticamente esquecidos; tinham perdido sentido. O processo de expansão urbana via-se cada vez mais desimpedido, com o caminho mais do que aberto. E tudo isso teve enorme impacto no contexto organizativo dos pequenos lavradores. Comparado aos anos anteriores, 1965 já registrava um significativo descréscimo no número de entidades organizativas.

#### 2. Organizações Rurais

<i>Organizações Rurais<sup>1</sup></i>	1952	1956	1962	1963	1965
	--	18	21	20	8

Fonte: Diário Oficial. Anos: 1953, 1956, 1962, 1963, 1965. Relatório do Ministério da Agricultura de 1963.

1 - Sindicatos, Associações, Cooperativas e Intendências

É muito provável que os terríveis impactos gerados de maneira quase simultânea pelo Golpe de 64 e pelo Governo Lacerda tenham contribuído para a quase extinção completa do cinturão verde do Rio de Janeiro em pouco mais de uma década.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVI, Hamza. "Peasant classes and primordial loyalties", in *Journal of Peasants Studies*, 1973.

ARAUJO, Maria Celina Soares d'. Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da F.G.V, 1996.

CARONE, Edgar. O P.C.B. (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982.

CORREIA, Magalhães Raimundo. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Publicata do IHGB, 1936.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense/UFRRJ, 1996

FÜCHTNER, Hans. Os sindicatos brasileiros. Organização e função política. Rio de Janeiro: edições Graal, 1980.

GRILLO, Heitor. "Prestação de Contas". In *Diário Oficial do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, 17/04/1947.

GRYNSZPAN, Mário. "Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra", in: *Dados*, v. 33, nº 2, 1990.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KAREPOVS, Dainis. "Bloco Operário e Camponês (BOC)". *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/sites/.../BLOCO%20OPERÁRIO%20E%20CAMPONÊS.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/.../BLOCO%20OPERÁRIO%20E%20CAMPONÊS.pdf). Acesso em: 05/02/2016.

PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas no Sertão Carioca (1950-1968)*. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de mestrado em História, 2003.

PEREIRA, Juliana Lombardo Costa. Os papéis azuis da repressão: o DOPS e os sindicatos cariocas (1945-1964). Niterói, UFF, monografia de final de curso de História, 2000.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os "Combatentes da Paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. Niterói, UFF, Dissertação de mestrado em História, 2003.

SANCHES, Luiz Elias. *Lyndolpho Silva*. Biografia de uma militância. Itaguaí, CPDA/UFRRJ, Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, 2000.

WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: 1992.